

A PRESENÇA ESPANHOLA
NA IMPRENSA PEDAGÓGICA PORTUGUESA
O CASO DA REVISTA ESCOLAR, 1921-1935

Luís Miguel Carvalho

Universidade Técnica de Lisboa.
Faculdade de Motricidade Humana

NO TEMPO DO LIBERALISMO

» Quais foram e como foram acolhidas na *Revista Escolar*, durante o seu ciclo de vida (entre 1921 e 1935), as referências ao “vizinho espanhol”? Mais precisamente, que autores, que títulos, que organizações, foram convocados para aquele importante periódico português de educação e ensino? Ao redor de que remáticas surgiram e que tipos de mobilização e de juízos de valor as acompanharam? Qual o peso relativo dessa referência no quadro de uma outra, mais ampla, onde cabiam todas as outras “unidades” desse mundo “culto, movente e moderno” que então se apreciava? Que participação tiveram os autores e outros periódicos espanhóis na produção da *Revista Escolar*? Que elementos de estabilidade e de variabilidade caracterizam essa presença? Tais são as principais interrogações exploratórias que guiam este trabalho¹.

Início este texto ensaiando alguns conceitos e linhas de análise que pretendo utilizar no estudo. Depois, trato da questão da frequência e da qualidade dos referentes de origem espanhola na publicação portuguesa, à luz da recapitulação de contributos anteriores sobre as relações entre os universos pedagógicos dos dois países. Finalmente, ocupo-me com a descrição e a análise dos diferentes modos de aparecimento de referentes espanhóis na publicação portuguesa, primeiro procurando captar a extensão daquela presença e, depois, olhando detalhadamente os autores e textos ali presentes, quer os provenientes de Espanha, quer os de origem portuguesa que directamente se dedicam a questões relativas ao “país vizinho”².

1. O estudo que aqui se apresenta decorre no âmbito de um projecto de investigação histórica e comparada (Nóvoa, 2000). Encontro-me aí envolvido numa pesquisa sobre a formação e a circulação de saberes especializados em educação, através do estudo sistemático de periódicos de educação e ensino. Para o esclarecimento das coordenadas teóricas e metodológicas desse estudo, veja-se Carvalho (2000). Os resultados do estudo comparado de periódicos de Portugal (*Revista Escolar*) e do Brasil (*Educação*, São Paulo) podem ser consultados em Carvalho & Cordeiro (2001).

A relevância da presença espanhola na *Revista Escolar* procede mais da participação de autores-textos espanhóis na internacionalização do corpo de artigos da revista e da participação de periódicos espanhóis no municiar de informações, do que da quantidade de referências que na publicação portuguesa são feita ao país, a organizações educativas ou mesmo a autores espanhóis. Espanha, melhor dizendo certas figuras e organizações de Espanha, funcionavam como uma espécie de intermediário, não necessariamente voluntário, da circulação de recursos e de modelos para a produção da *Revista Escolar* e do discurso especializado em educação que esta se propunha divulgar. Os resultados do estudo afluem para outros que, sobre as relações peninsulares em matéria educativa e neste período, já assinalaram o seu carácter pontual e de certo modo personalizado. O que ao longo do texto vai ganhando sentido é, exactamente, a ausência da estabilização e da “des-fulanização” de processos de cooperação e de convergência de interesses, entre 1921 e 1935. É da ausência de invenção de uma tradição que, em última análise, o texto fala.

1

Da Revista como Espaço do Moderno e da Estruturação do Discurso Especializado em Educação

*O México acima de nós... Nós abaixo dos pretos das Filipinas*³

Uma breve imersão em editoriais da *Revista Escolar* permite notar a presença recorrente da representação do periódico como espaço de recepção e de difusão de modelos de modernização pedagógica e, paralelamente, da ideia favorável ao pensar as coisas nacionais, no caso as educativas, através da mobilização das experiências pedagógicas do mundo culto, movente, moderno. As páginas da revista acompanhavam os movimentos de inovação pedagógica de além fronteira e instalavam os redactores e os leitores num mundo do mérito pedagógico e num mundo de comparação entre nações. E, note-se, essa mobilização do estrangeiro era, também, um dos critérios que definia a autoridade

2. Os dados relativos à presença espanhola no periódico português baseiam-se na recolha e classificação completa de todos os artigos - unidades com título e fonte (excepto legislação), cerca de 830 - identificados em todos os números da revista no período compreendido entre 1921 e 1932, complementada, para o período posterior, 1933-1935, pela identificação dos autores de todos os artigos principais e das notícias provenientes e/ou respeitantes a Espanha. No trabalho de classificação dos artigos das revistas portuguesa, colaboraram Nuno Mota, Ana Lúcia Fernandes e Ana Paula Reis.

3. Títulos de notas pedagógicas publicadas na *Revista Escolar* (5, 1925, pp. 210-211)

da própria revista e dos discursos-especialistas que punha em circulação⁴. A medida das coisas nacionais era regulada por uma outra grandeza, da qual “a revista”, enquanto componente de um circuito de comunicação (entre discursos e entre organizações), se fazia tanto porta-voz como mediadora. É nesta dupla condição que as olho.

Sendo óbvio que as revistas não eram o único mecanismo de tal circulação e comparação, não deixará por isso de se pôr em evidência a presença de um modo de pensar a realidade que obrigava a ler o nacional numa relação de dependência de um outro considerado maior. Esse outro positivo, que fornecia pensamentos e experiências e que aporta legitimidade às autóctones reivindicações de reforma das ideias e das práticas, surge na revista pelas mais variadas formas: extractos de obras, resenhas, biografias de pedagogos, ou mesmo através de artigos propositadamente escritos para a publicação portuguesa (ver Nóvoa, 1993, pp. 795-798). De facto, as páginas da *Revista Escolar* acompanharam os movimentos da inovação pedagógica, pautada pelos discursos e organizações da Educação Nova. Por isso, na análise do recurso ao referente estrangeiro como prática habitual haverá que encontrar força compreensiva na influência das redes de conhecimento existentes à escala internacional, nos processos de racionalização e de profissionalização da(s) ciência(s) e dos seus intérpretes e a criação de organizações científicas internacionais (ver Meyer, 2000, Schoffer, 2000). A medida das coisas nacionais era regulada por uma outra grandeza, da qual “a revista”, enquanto componente de um circuito de comunicação (entre discursos e organizações), se fazia porta-voz, mas também, não é de somenos importância, como mediadora. Nesta condição, a revista constituía um espaço de selecção, de interpretação e de combinação da informação que transportava. A observação dos processos de difusão não se pode, portanto, dissociar do olhar sobre os mecanismos de recepção e de uso. Como refere Michel Espagne (1999, p. 23), nas transferências culturais a conjuntura do contexto de acolhimento participa largamente na determinação do que pode ser importado ou, eventualmente, reactivado. Por isso a presença dos referentes estrangeiros na *Revista Escolar* pode, em parte, ser compreendida

4. “(...) Revista, que se propõe (...) versar questões pedagógicas, trazer os seus leitores a par do avanço da escola no mundo culto” (*Revista Escolar*, 1, 1921); “Do mesmo passo que estudaremos os problemas nacionais da educação, na Revista Escolar poremos os nossos leitores ao corrente do grande movimento de ideias e experiências pedagógicas que vai por esse mundo fora” (*Revista Escolar*, 8, 1925). “Procurará ser uma revista pedagógica moderna, cujo cotejo não desmereça perante as suas congéneres estrangeiras” (*Revista Escolar*, 8-9-10, 1928). O mesmo tipo de argumento pode ser lido em editoriais de revistas espanholas, como a *Revista de Pedagogía* e a *La Escuela Moderna* (ver, respectivamente, Viñao Frago, 1994-1995, e Montes Moreno, 2000).

tendo presente o ambiente intelectual-político receptivo à adopção de modelos exteriores - a europeização da nação - e que via no decalque de certos modelos pedagógicos estrangeiros a solução para a regeneração nacional. Portanto, há que ver a revista quer como um efeito de difusão de um movimento (discursivo e organizacional) transnacional quer como parte de um processo de formação, à escala nacional, de um discurso e de um campo especializado em educação.

A noção de *estruturação do discurso* (Wittrock & Wagner, 1990) parece-me útil para aclarar o quadro conceptual que adopto⁵. Este impele-me a olhar a interpenetração de discursos e organizações transnacionais com a de discursos e agências nacionais implicadas no sector educativo. Assim, aos dois grandes eixos de legitimação e diferenciação propostos por Wagner e Wittrock (o interno, incluindo tradições intelectuais e organizações de produção de saberes, e o externo, incluindo discursos políticos sobre a sociedade e organizações político-administrativas), proponho a adição de um terceiro: o que inclui uma emergente *cultura mundial da educação* (Boli & Thomas, 1999, p. 14), tanto na dimensão dos discursos, da geração de modelos de pensar e agir a educação escolar, como na das organizações transnacionais que os suportam, ou seja, a dimensão das infra-estruturas, as redes de saberes e de especialistas.

Na óptica que me guia, os modelos e os princípios da cultura mundial da educação não são mais do que guiões que coexistem, por vezes em conflito, com outros transnacionais, mas também com guiões específicos a certos contextos sócio-culturais; sendo ampla a sua penetração é também grande a variedade de actores que os podem utilizar. Donde, existe um espaço de possíveis, seja na manifestação desses princípios, seja na consequência (não premeditada) dos enlances (ver Boli & Ramirez, 1992, pp. 34-35, Boli & Thomas, 1999, p. 18). Assim sendo, há que observar os discursos presentes nas revistas pedagógicas enquanto produtos híbridos de um cruzamento multidireccional de ideias (Popkewitz, 2000) - não como parte de um processo de conformação do local ao global, ou do nacional ao Ocidental - e, igualmente, enquanto objectos-produtos de uma comunidade (em formação) que atribui sentidos e destinos aos factos educativos, mas que o faz no quadro de relações de poder (internas e externas), pelas quais é constituída e através das quais se constrói.

5. "The emergence and evolution of social sciences have critically depended of their ability to find an epistemic grounding in important intellectual traditions; to find ways to institutionalize and reproduce their particular forms of discourse in knowledge-producing institutions; to establish some kind of linkage to political-administrative institutions; and to be able to draw on some kind of discursive affinity with societally significant broad policy traditions - i.e., to achieve a minimum of intellectual, institutional, political-administrative, and societal legitimacy" (Wittrock & Wagner, 1990, p. 117).

Não me parece que no caso da Revista Escolar se esteja perante uma infra-estrutura de um campo científico disciplinar nacional já estabelecido (cf. Schriewer & Keiner, 1992, Schriewer, 1998), mas antes de um campo especializado em educação, ainda aberto, mais amplo que o anterior. Na revista cabiam universitários, normalistas, professores e inspectores, tendo sido estes, aliás, os seus primeiros impulsionadores⁶. Quando muito, ao longo da vida do periódico, o que se pode notar é a progressiva e lenta alteração da composição dos colaboradores que se associam aos artigos principais (isto é, os que têm maior dimensão, que ocupam as primeiras páginas da revista e que apenas o têm direito a presença no sumário com registo de título e autor). A redução do número de autores inspectores e professores primários, sobretudo a partir de 1926, faz sobressair, a partir daí, o peso de normalistas e universitários. Dirigida preferencialmente a professores primários - os seus assinantes majoritários - e a inspectores, nela houve, efectivamente, um predomínio de autores que eram inspectores e normalistas (e universitários).

O que unia inspectores e normalistas? Para além das proximidades em ideologia, pelo menos educativa, por certo a definição do seu "lugar social" como o de formadores de professores⁷. Se há uma palavra-chave a respeitar nesta análise é a de intermediação. Não me parece de somenos recordar que é também de intermediação que se trata quanto se observa, ao redor das escolas de formação de professores, o desenvolvimento de ciências aplicadas e da razão metodológica (ver Nóvoa, 1998) como ponte entre as ciências e as práticas, e para as ciências e para as práticas. Portanto, dos que se apresentam como especialistas da aplicação das "ciências-mãe" ao universo educativo, como obreiros

6. Entre 1921 e 1925, a revista esteve sob a direcção de inspectores (Heitor Passos, Albano Ramalho e Joaquim Tomás, fundadores do periódico), concentrando-se em temáticas relativas à política educativa e a aspectos diversos do professorado do ensino primário; entre Outubro de 1925 e 1928, já com a direcção de Faria de Vasconcelos, professor da Escola Normal Superior de Lisboa e da Faculdade de Letras de Lisboa, estende a sua atenção para as restantes modalidades da educação escolar e acentuou o cunho científico e pedagógico; entre os finais de 1928 e de 1931, prolonga esta faceta sob orientação de um, também, normalista e universitário, João Silva Correia, para, no período final, sob o esforço de Joaquim Tomás - que aliás permaneceu ao longo dos anos como elemento de continuidade na publicação - se repartir entre a divulgação das ideias da Educação Nova, por via de artigos e de notícias estrangeiras, e a divulgação de legislação escolar (cf. Nóvoa, 1993, pp. 795-798).

7. A definição do papel dos inspectores, como agentes formadores e não como fiscais, surge em vários artigos da revista. Mas o exemplo mais interessante aparece através de uma citação de Giner de los Rios, presente num extracto de um artigo de Francisco Romero, publicado em 1931 na revista portuguesa (o original foi publicado na Revista de Escuelas Normales de Novembro de 1930): "O inspector, em primeiro lugar, e sobretudo, é um professor normal, um educador, um professor de professores, encarregado de conservar e melhorar a educação destes. A inspecção é como uma espécie de Escola Normal ao domicílio" (Revista Escolar, 4, 1931, pp. 200).

principais, por essa indispensável via mediadora, da cientificação das práticas e profissionalização dos actores educativos. A afirmação de um escol dependeria quer da capacidade deste em produzir um discurso para si mesmo quer o de o transformar noutro de possível consumo e uso pelos leigos. Os artigos presentes nas revistas - as próprias revistas, penso - parecem ter essa dupla face e, surgem como uma espécie de objectos fronteira (Leigh Star & Griesemer, 1999), ao redor dos quais se fomenta a cooperação entre mundos sociais e de comunicação diversos.

2

Espanha - Portugal: questões de identidade e de relação (uma recapitulação de evidências)

Não faltam bons argumentos acerca das difíceis relações entre os dois Estados peninsulares na época atravessada pela nossa pesquisa; e que limitaram, por certo, as transferências entre vizinhos. Olhando apenas para Portugal, são as razões do forjar arbitrário de uma identidade nacional e da legitimidade de um regime (no caso o republicano)⁸. No que a Portugal diz respeito, sendo certo que num momento ou noutro, por razões de conjuntura portanto, a aliança táctica com Espanha pôde parecer uma solução adequada (como alternativa face à influência inglesa ou como base de uma comunidade “ibero-latino-americana”), a desconfiança e a tomada do vizinho peninsular - melhor dizendo, do Estado espanhol hegemónico por Castela - como potencial absorvente da “pátria” portuguesa parecem ter predominado. Do “outro” lado a disponibilidade para olhar o vizinho português, para além de ameaças (ou exercidas ou percebidas ou inventadas) de efectivo cumprimento da absorção, não parece ter superado a de uma curiosidade contida pela cultura e pelas experiências políticas e sociais portuguesas⁹.

Sendo certo que, apesar das vicissitudes de um contexto político-intelectual moldado pela desconfiança e numa conjuntura marcada por um nacionalismo

8. Estes traços estão bem evidenciados no trecho de um manual de História de Portugal de 1913, citado por Hernández Díaz (1998, p. 295): “O perigo espanhol... Durante oito séculos, o sonho de Castela tem sido formar na península um só estado, a Ibéria, ambição, é preciso também dizer-se, acariciada por quasi todos os monarcas portugueses (...)”. E acrescentava, retomando a possibilidade federalista, “(...) Portugal só para esta [Espanha] será um irmão, quando, desmembrada, constitua pequenos estados”. As razões atrás indicadas como constrangedoras de uma forte transferência cultural haverá que acrescentar a coexistência de regimes políticos díspares no período que observo (1921-1935): em Portugal, os regimes demo-liberal (da I República Portuguesa, até 1926), o de ditadura militar (1926-1930) e o do Estado Novo (a partir de 1930) e em Espanha o regime monárquico, a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) e a Segunda República espanhola (1931- 1936).

progressivamente exclusivista (Maurício, 2000) - e do consequente forjar de uma identidade tomando o outro (pelo menos, uma parte do outro) como inimigo - existiram intercâmbios na esfera educativa que não se podem obviamente desprezar¹⁰. Porém, a sua existência parece fundada em trocas entre pessoas e com dificuldade de sobrevivência para além da existência desses indivíduos concretos.

O caso da presença regular e do posterior do desaparecimento de informações sobre Portugal no BILE, depois do afastamento de Alice Pestana, em

⁹. E mesmo as manifestações de afecto mostradas em momentos de intercâmbio, como aquele que a seguir se descreve ao redor da visita de estudante de Coimbra a Madrid, inscrevem essas dificuldades: "São duzentos estudantes portugueses, que saturado o seu pensar e sentir de uma nova e ampla concepção da Pátria, forjada ao calor de humanos ideais e racionais progressos, veem dar fé do seu amor à raça, da sua afinidade de sentimentos com quem compartilham o mesmo sol radiante e o mesmo céu azul, as águas fertilizadoras dos seus rios e os ares puros e salubres das suas montanhas; os ricos e variados matizes do seu pródigo e fecundo solo (...) até aos grandiosos feitos históricos, e ao laço carinhoso da linguagem, nexos indestrutíveis que perdurarão a despeito das vicissitudes dos dois povos, que nasceram para serem irmãos e que infundados receios e desconfianças não mantido um tanto distanciados, como evidente agravo ao sentir comum e notório prejuízo de seus recíprocos interesses morais e materiais. (...). Através da opacidade de antigos e infundados receios e desinteligências, a luz pugna para abrir caminho e a aurora de uma nova era de aproximação e confiança, apadrinhada pelas cultas gerações que começam, se vislumbra, consoladora, no horizonte hispano-português" (suplemento de La Escuela Moderna, de 22-4-1923, publicado na Revista Escolar, 5, 1923, pp. 157-58).

¹⁰. Nas décadas de vinte e de trinta, haverá assim a recordar o prolongamento dos contactos com a Institución Libre de Enseñanza, organização ao redor da qual se identifica maior regularidade e intensidade de relações. O *Boletín* da ILE surge, aliás, como o principal palco da presença portuguesa (Hernández Díaz, 1998a). Ali se continuavam a ler textos assinados por portugueses - Adolfo Coelho, António Sérgio, Bernardino Machado, Faria de Vasconcelos - e textos de autores espanhóis interessados em questões portuguesas (Fernandes, 1997, Costa Rico, 1997, Hernández Díaz, 1998a). A montante, haverá que recordar as relações de trabalho em que se envolvem, pela parte portuguesa, Álvaro Viana de Lemos, Áurea Amaral e Irene Lisboa (Costa Rico, 1997); e, talvez como a mais prolongada e profícua dessas ligações, a de Alice Pestana, como colaboradora da ILE desde o início do século (Hernández Díaz, 1998a, 1998b). Também ao redor de outras organizações, associáveis à acção da ILE ou de membros seus, como o Museo Pedagógico Nacional e a Junta para la Ampliación de Estudios, se podem notar tais contactos, ainda que marcados mais pelas relações pessoais e pela exiguidade (cf. Hernández Díaz, 1998a, pp. 298-300). Conhecem-se ainda: o intercâmbio entre os periódicos *Revista de Pedagogia* e *Revista Escolar* (Costa Rico, 1997); a existência de relações pessoais que ultrapassam mesmo as estritas relações de trabalho, caso de Jacobo Orellana (director do Instituto de Surdomudos, Ciegos y Anormales de Madrid) com Aurélio da Costa Ferreira e Cruz Filipe, e o acolhimento a asilados depois da queda da I República portuguesa, casos de Bernardino e Sérgio (Costa Rico, 1997); e a existência de viagens de estudo de académicos e professores portugueses, casos da concretizada por Leonardo Coimbra e Newton Macedo (ambos da Faculdade de Letras do Porto) a Espanha (e França) em 1921 para estudos de psicologia experimental (Ferreira Gomes, 1994) e da realizada em 1930 a Madrid e Barcelona, descrita por Joaquim Tomás em texto publicado nesse ano pela Seara Nova (Costa Rico, 1997).

1925, é neste ponto exemplo paradigmático (ver Hernández Díaz, 1998a). Este ponto de partida está, portanto, marcado pela expectativa de uma mútua, parca e interrupta presença de referências entre os dois países (quero dizer, entre comunidades científicas, académicas, profissionais, administrativas). Esse é o apropriado balanço já efectuado por Costa Rico (1997, pp. 240-241).

Vários historiadores da educação (e.g., Fernandes, 1978, Pozo Andres, 1987, Proença, 1993, 1997, Viñao Frago, 1994-1995, Costa Rico, 1997, Térron Bañuelos, 1997, Hernández Díaz, 1998, Pintassilgo, 1995, 1998, Escolano, 1999) já abordaram a coexistência, em Portugal e Espanha, pelo menos desde o último terço do século XIX, de ambientes intelectuais e políticos receptivos à adopção de modelos exteriores, de modelos pedagógicos estrangeiros como solução para as suas “regenerações”. E, para lá das relações entre portugueses e espanhóis, existiram as relevantes relações entre cada um e o mundo além Pirinéus, esse espaço geográfico delimitado por razões de política, de cultura e de economia, onde se dizia terminar África e começar a Europa - glosando uma deliciosa expressão utilizada por Joaquín Costa em 1900 (citado por Viñao Frago, 1990, p. 15). Em matéria educativa, era um outro mundo novo que se fazia perceber por via da publicação de artigos em revistas pedagógicas, de traduções de obras de pedagogos, da publicação de livros sobre as ideias da Educação Nova, visitas de estudo financiadas ao estrangeiro, de cursos de formação, de visitas e conferências de estrangeiros (Pozo Andres, 1987). Se há traço comum entre os peninsulares, aquele reside no para onde olhavam e de onde recebiam notícia, informação, conhecimento, modelação (Costa Rico, 1997, Nóvoa, 1998). As próprias relações entre portugueses e espanhóis terão sido mais marcadas pelos campos estabelecidos por organizações de educação cujos centros se iam constituindo em países além-Pirinéus. A haver um nós que reunisse portugueses e espanhóis tal ocorreria em virtude dos referentes que partilhavam e sobre uma matriz “científico-profissional”, como a da Educação Nova. Em suma, parto para a análise antevendo a relação “Portugal – Espanha” do seguinte modo: unidos pelos diagnósticos e pelos referentes de progresso, mas afastados pelos processos de construção e de manutenção de identidades. Relacionados, mas debilmente articulados.

3

A Presença Espanhola na *Revista Escolar*: posição, participação e acolhimento

Qual o peso relativo da presença espanhola, no quadro de uma referência mais ampla a países estrangeiros? Se olharmos para o ranking dos países e das organizações mais vezes invocados ao longo dos textos, a presença espan-

hola surge numa segunda linha desses Outros que, invocados como exemplos, ajudavam a construir os discursos sobre a realidade portuguesa (ver Tabela 1). Assim, são as duas potências europeias continentais, a França e a Alemanha, e uma potência ascendente à escala mundial, os Estados Unidos, que merecem mais frequente referência nos textos. A estes três países, juntam-se com menor a Inglaterra, a Bélgica e Suíça e a Espanha¹¹. Porém, quando se abandonam os indicadores das referências nos textos e se olham os relativos aos autores de artigos principais e às revistas pedagógicas que são tomadas como fontes para a apresentação de notícias, de transcrições de trechos de artigos - indicadores de participação na produção da Revista Escolar -, a presença espanhola revela um carácter mais central (Tabelas 2 e 3). Quer isto de dizer que a presença espanhola acaba mais por resultar bem mais relevante do que uma primeira análise faria supor. Assim, é necessário um olhar pelo pormenor dos autores e dos periódicos, para se poder melhor iluminar aquela presença e, consequentemente, traçar algumas linhas de compreensão.

4

Os textos oriundos de Espanha, na *Revista Escolar*

Comece-se então pelos autores de artigos principais na Revista Escolar. Neles se encontram, repartindo-se entre universitários e directores de escolas, nomes mais ou menos emblemáticos do movimento da Educação Nova. E olhando apenas o ranking dos autores, suas nacionalidades e ligações ocupacionais, dificilmente se consegue ir mais longe que notar que não são os mais

11. A relevância da presença de referências à Suíça é bem mais nítida quando se observam as organizações convocadas nos artigos. E aí predomina o Instituto de Ciências da Educação - Jean Jacques Rousseau (IJJR), fundado em 1912, cuja relevância aumenta se às referências que lhe são feitas se juntarem as do Bureau Internacional de Educação (BIE), organização de cariz internacional, mas criada sob a sua égide em 1925. Se as estas organizações se adicionarem duas outras de cariz transnacional, como o Bureau Internacional das Escolas Novas (1899) e a Liga Internacional para a Educação Nova (1921), a cuja criação estiveram também ligados alguns dos principais actores do IJJR - como Ferrière, Claparede, Bovet - facilmente nos reencontramos com a conhecida centralidade da organização de Genève numa rede de científica e profissional de carácter internacional que emergira ainda nos finais do século XIX. Uma centralidade que, sabe-se, foi procurada como estratégia da própria sobrevivência e legitimação da organização e que se consolidou, ao longo da década de vinte, pela acção dos seus globe-trotters, para usar o espirituoso juízo de Daniel Hameline (cf. Hofstetter & Schneuwly, 1999). Recorde-se que a Liga Internacional contava, no seu arranque, com três periódicos independentes, em língua francesa (*Pour l'Ère Nouvelle*, dirigida por Ferrière), em língua inglesa (*The New Era*, dirigida por Ensor) e em alemão (*Das Werdende Zeitalter*, dirigido por Rotten). Muitas outras publicações vieram depois a filiar-se na Liga, caso da Revista de *Pedagogia*, de Madrid, desde 1927 (ver Viñao Frago, 1994-1995). Em Portugal essa função foi temporariamente desempenhada pela *Educação Social*.

Tabela 1 - Referências a Países (1921-1932)			
País	Abs.	Rel.	Rel. acum.
França	117	0.14	0.14
Alemanha	94	0.11	0.25
Estados Unidos da América	77	0.09	0.34
Inglaterra	67	0.08	0.42
Bélgica	64	0.08	0.50
Suiça	61	0.07	0.57
Espanha	57	0.07	0.64
Itália	42	0.05	0.69
Restantes	253	0.31	1

Tabela 2 - Publicações Periódicas Fontes de Notícias e Textos			
Países	1921 - 1932	1933 - 1935	Total de artigos
França	49	1	50
Espanha	36	8	44
Intenacional ¹²	16	17	33
Suiça	10	1	11
Bélgica	7	-	7
Outros Países	10	4	14
Periódicos não classificados	7	-	7

12. Incluíram-se nesta categoria os periódicos *Pour l'Ére Nouvelle* (10+3) e (*Bulletin*) BIE (6+14).

Tabela 3 - Autores de Artigos Principais, por País

Países	1921 - 1932	1933 - 1935	Total de artigos
Bélgica	13	5	18
Espanha	8	3	11
Suiça	6	3	9
Outras	4	5	9
Não classificados	3	0	3

emblemáticos (como Ferrière, Cousinet, Dewey, Luzuriaga, Claparède, Decroly) que mais textos têm publicados. É preciso ir ao encontro de outros actores e de outros lugares, para perceber essas presenças. Desde logo, ao encontro de Faria de Vasconcelos e da sua experiência e contactos na Bélgica se deverão por certo muitas das contribuições belgas. Mas é acompanhando o trânsito físico de Joaquim Tomás, em 1930, por Espanha, França, Bélgica e Suíça, que se encontram outras linhas compreensivas. No diário dessa “excursão pedagógica” (Tomás, 1930) que reencontramos aqueles que a partir de 1930 contribuem para o internacionalizar da *Revista Escolar*: Pedro Verges, director da Escola del Mar de Barcelona (p. 77); Louis Dalhem, director da “escola da Rue Haute, 225” de Bruxelas (discípulo de Decroly e um dos fundadores da Sociedade Belga de Pedotecnia) (p. 243); François Bassleer, director da Escola n.º 6 de Liège (p. 278), com o qual estabeleceu uma relação de amizade; Bertier, director da emblemática École des Roches (p. 319). A este conjunto poder-se-á, talvez, adicionar o contributo de Sanchez Roman, professor da Escola Prática anexa à Normal de Cáceres, pois são também conhecidas as suas relações nesta região, sobre as quais adiante me haverei de deter. Assim, se nos nove anos iniciais da revista (1921-1929) se haviam apenas publicado 13 artigos de autores estrangeiros, nos seis anos seguintes (1930-1935) são publicados 37, dos quais pelo menos 15 se associam aos trânsitos do inspector português. Os recursos e os engenhos individuais sobrepujam-se a qualquer acção colectiva coordenada, nesta internacionalização da revista.

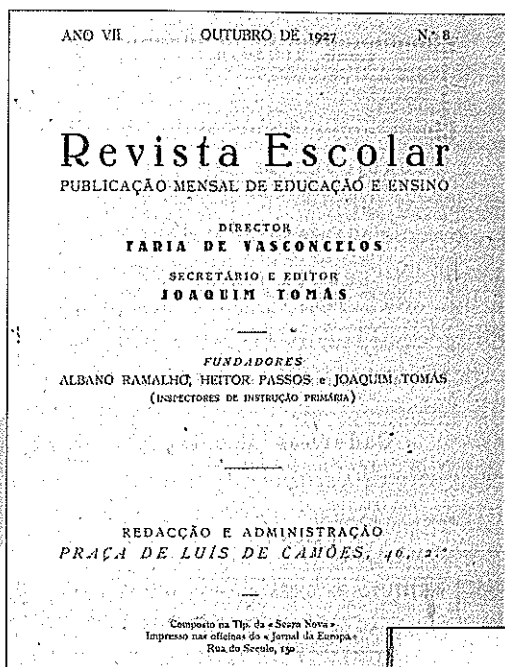
Observe-se, agora, o caso dos “colaboradores vizinhos”, tendo desde logo presente que dos onze artigos principais da *Revista Escolar* assinados por autores espanhóis apenas seis foram escritos directamente para o periódico; melhor dizendo, não foram publicados associados a uma anterior presença em qualquer periódico. Para além dos já citados Verges, que apresenta um texto doutrinário sobre a sua escola, e Sanchez Roman, cujos textos têm características

mais metodológicas, a colaboração directa passou por Rufino Blanco y Sanchez. Professor e director da Escola de Estudos Superiores de Magistério, de Madrid, partidário dos novos enfoques científicos em pedagogia, porém vinculados à tradição católica e a uma ligação à ciência pedagógica germânica, pode a sua orientação ser caracterizada como de contraponto esclarecido (na esfera dos discursos universitários) às ideias dos institucionalistas (Escolano, 1985)¹³. Os outros textos tratam de assuntos bem diversos. O de Castellar, escrito ainda no século XIX e então publicado no *El Liberal* de Madrid (10/4/1894), aborda a figura e obra de Pestalozzi.¹⁴ Os artigos de Luzuriaga¹⁵ são de diferente natureza, sendo que o mais extenso e significativo surgiu no primeiro número de 1929 da *Revista Escolar*, sob o título "A Escola Nova Pública. Trata-se de um texto antes publicado na *Revista de Pedagogia*, em 1928, que se desenvolve em torno da identificação das características ou condições que as escolas públicas deveriam satisfazer de modo a que lhes fosse atribuído um estatuto de autonomia, e que concretiza uma adaptação dos trinta requisitos formulados pelo BIEN (depois BIE) para classificação das escolas (privadas) como "escolas novas". Trata-se da enunciação de um verdadeiro programa de administração pedagógica para a escola pública, por via da conversão para os espaços nacional e público dos modos de certificação aplicados a

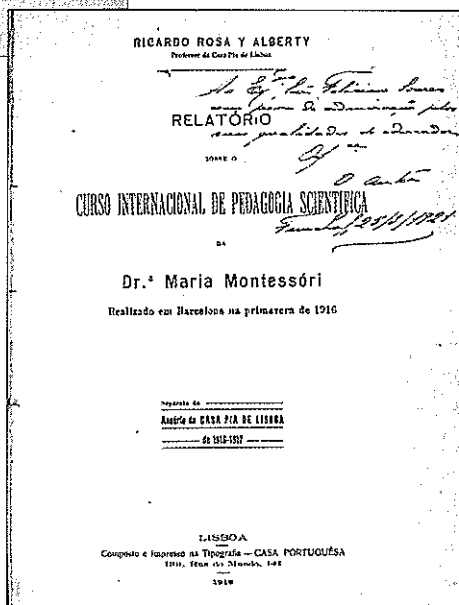
13. Rufino Blanco y Sánchez (1861-1936), doutorado em Filosofia e Letras, Director da Escola Normal Central, Catedrático da Escola de Estudos Superiores de Magistério, Governador Civil de Segóvia, Director dos periódicos *Universo* e *El Magistério Español*. e note-se que apenas por uma vez foi bolseiro da JAE). Publicou várias obras, sobretudo consagradas ao levantamento de bibliografia pedagógica (Escolano, 1985; Marín Eced, 1991). A EESM formava também para as funções de inspecção. A relação de Blanco y Sánchez com a *Revista* é assim anunciada em 1922, a propósito da publicação em Madrid de uma brochura comemorativa da viagem de alunos da citada escola ao Porto, por ocasião do Congresso de Ciencias (26-6 a 1-7 de 1921), com passagens por "escolas e bibliotecas" de Lisboa, Porto e Coimbra: "(...) nosso muito ilustre colaborador Dr. Rufino Blanco (...) que foi também quem promoveu a excursão referida, um grande amigo de Portugal e um propugnador do estreitamento de relações intelectuais entre os dois da Península Iniciada a publicação da *Revista Escolar* imediatamente pediu a sua assinatura e prometeu o seu concurso, no único intuito de que Portugal e Espanha cada vez mais se estimem mais, e ainda no nosso último número censurava os promotores de um congresso que o seu país se propõe realizar no próximo ano [trata-se de um Congresso Pedagógico hispano-americano anunciado para 1923], por haverem procurado o concurso de países longínquos e prescindirem de Portugal (...)" (*Revista Escolar*, 2, 1922, p. 266). Se há algum traço de unidade entre os textos que publicou no periódico português esse será por certo o apelo ao discurso e à prática científica em educação.

14. Emilio Castellar (1832-1899), quarto presidente da I República de Espanha, entre 1873 e 1874.

15. Lorenzo Luzuriaga (1859-1899), institucionalista, universitário, director da *Revista de Pedagogia*.



Revista Escolar



Relatório sobre o
Curso Internacional de Pedagogia Científica

espaços privados e não nacionais.¹⁶ Os dois outros títulos principais presentes na *Revista Escolar*, da autoria de Francisco Pereira e Fernando San Martín, são de cariz metodológico. Essa característica está também presente nos excertos de trabalhos de autores espanhóis que mereceram publicação nas secções secundárias da revista. São dessa natureza os textos de Mallat,¹⁷ Seoane y Seoane (inspector em A Coruña), Almena (professor primário), Ballesteros¹⁸, Monjonell (directora de escolas normais em Barcelona) e Estremera. Todos descrevem “práticas” ora organização ora de condução do ensino¹⁹.

Sobre os artigos de autores espanhóis que tiveram como fontes revistas espanholas há que sublinhar a sua proveniência. Já atrás se deu conta da centralidade das publicações espanholas no municiar de informação para a *Revista Escolar*. Pode agora esclarecer-se melhor essa importância que foi sobretudo alimentada por duas publicações: a dirigida por Luzuriaga, com a qual existiu um intercâmbio regular, sendo Faria de Vasconcelos, director da *Revista Escolar* desde finais de 1925, um dos colaboradores estrangeiros da revista de Madrid (Vinão Frago, 1994-1995, pp. 43-45); e a *El Magisterio Español* da qual foi director... Rufino Blanco y Sanchez. Uma presença mais forte da *Revista de Pedagogía* fez-se sentir a partir de 1926 (recorde-se que Vasconcelos tomara o lugar de director da publicação em Outubro de 1925), enquanto que a presença de informações extraídas da segunda se iniciou em 1924 quando cessaram as contribuições em texto de Blanco y Sanchez. Ainda relevante foi a utilização da *La Escuela Moderna*, mas apenas entre 1921 e 1926.

Um outro aspecto a destacar, a partir das análises anteriores, é o da circulação dos textos – e dos autores e leitores pelo mundo – através das publicações de educação. Repare-se: Mallat escreve em Espanha, é publicado na Suíça e chega a Portugal por essa via. Castelar escreve em Espanha, em finais do século XIX, é publicado na Argentina e aparece em Portugal em 1928. Decroly e

16. O outro texto, sobre a reforma educativa no Chile, para além de dar a conhecer espírito e de descrever algumas das medidas em curso, todas elas avaliadas como de cariz inovador, dá ainda conta da oposição a que estava a ser alvo.

17. Nascido em 1887 em Girona. Aluno das escolas normais de Girona e Barcelona, depois aluno do IJRR, Genève. Ganhou reputação de expert em orientação profissional depois de período de formação em Berlim (Marín Eced, 1991).

18. O autor é identificado na *Revista Escolar* como F. Ballesteros; poderá ser A. Ballesteros, um dos principais colaboradores da *Revista de Pedagogía* (?).

19. Haverá ainda que assinalar a presença de Ortega y Gasset, embora esta se resuma a citação de cinco linhas, extraída do referido prefácio da autoria do filósofo espanhol, e de dois outros trechos: uma defesa da unificação do corpo de inspectores com o dos normalistas (por Francisco Romero); e uma apologia da acção do professor no plano moral (por Salvador Artiga).

Dejand, e Cousinet viram artigos seus publicados em revistas espanholas e os seus textos daí foram traduzidos para a *Revista Escolar*; igual sorte teve a introdução do alemão Veiters ao *Handbuch der Pädagogik*²⁰. Um grupo de professores de uma escola de Lille viaja até Bruxelas para visitar uma escola de Decroly; o relato da excursão viaja de França para Espanha e termina em Portugal (*Revista Escolar*, 4, 1931, pp. 205-207). São poucos os exemplos? Talvez a opinião mude, se a estes se juntar as 11 de 24 notícias publicadas na *Revista Escolar* que, tendo como origem periódicos espanhóis, se dedicam a experiências de outros países, sobretudo das “Américas”. Face ao exposto parece-me importante deixar em suspensão a análise dos textos presentes na *Revista Escolar*, para pôr em contexto esta dependência portuguesa de recursos exteriores - no quadro no movimento da Educação Nova -, entre os quais os provenientes de Espanha.

5

Dos lugares de Portugal e de Espanha num circuito (mundial) de discursos especializados sobre educação

Assinale-se, desde logo, quase inexistência de escolas do ensino privado no conjunto das portuguesas associadas. Disso é bem elucidativo o “roteiro das escolas novas” portuguesas elaborado por Viana de Lemos em 1929 (ver Nóvoa, 1995, p. 35). E se em Espanha o caso era semelhante, não é menos certo que ali parece ter havido – pelo menos, nas áreas centradas em Madrid e em Barcelona - uma pujança organizacional bem mais forte na adesão e difusão das ideias da Educação Nova. Esse contraste torna-se mais nítido quando se observa a dificuldade da formação, em Portugal, de uma secção da LIEN, indissociável da falta de recursos humanos e materiais para o empreendimento, particularmente quando alguns dos possíveis dinamizadores estavam já sob o alvo de processos repressivos. Escrevia Adolfo Lima, a Viana de Lemos, em 1927: “Quanto ao núcleo português da Liga de Educação Nova, não vejo possibilidade da sua criação e mito menos da sua vida prolongada. Somos muito poucos, e os que há já têm sobre os ombros umas quatro ou cinco tarefas. (...) Parece-me, pois, que o meu amigo tem razão: a secção portuguesa neste momento é impossível. Contentemo-nos com o que pudermos fazer na revista [a *Educação Social*, viria a terminar no final desse ano] e já não será mau de todo” (Figueira, 1995, p. 114, carta n.º 23). No caso português a alimentação

20. Decroly, O. & Dejand, J - Considerações sobre a psicologia e a pedagogia da leitura, *Revista Escolar*, 1, 1922: 23-26 (fonte: *La Escuela Moderna*, 1921; orig. de 1906). Cousinet, Roger - O automatismo pedagógico, *Revista Escolar*, 3, 1927: 99-104. (fonte: *Revista de Pedagogia*). Veiters, Henrique - Sobre coeducação, *Revista Escolar*, 2, 1929: 94-95 (fonte: *Revista de Pedagogia*).

era feita sobretudo a partir de associações profissionais cuja capacidade de mobilização parecia dar conta de progressivo enfraquecimento e de fragmentação, e de iniciativas de um número restrito de pessoas (cf. Figueira, 1995, pp. 111-115, cartas 21 a 23, de 1927 e 1928). Já as características do movimento em Espanha são de outra complexidade organizacional: havia a *ILE* – um movimento intelectual e político que ia mais além do campo pedagógico na sua capacidade mobilização – e uma organização gerada na sua órbita que agia pela internacionalização da educação espanhola (a *Junta para Ampliación de Estudios*), existiam escolas normais e superiores fortemente implicadas no movimento, e não apenas professores e directores de escola a título individual, e existiam periódicos de prestígio, que não apenas a *Revista de Pedagogía*, empenhadas na circulação dessas propostas (ver Vinão Frago, 1994-1995, p. 9).

Penso que outras razões devem ser aduzidas a estas em função de questões de mercado. O mercado português do livro pedagógico seria exíguo, tanto por via da oferta como da procura. Assim o sugerem observações como as de Vieira de Lemos sobre a “deficiência de publicações nacionais apropriadas” (*Revista Escolar*, 4, 1923, p. 97) e de Adolfo Lima, sobre a dificuldade em publicar trabalhos de autores estrangeiros consagrados: “Quanto às edições das obras de Ferrière e de Decroly a coisa é difícilíssima. Se fosse as obras de fancaria ou pornográficas estava certo e os editores não diriam que não, mas obras que ninguém lê...” (Figueira, 1995, p. 102, carta n.º 14, de 1926). Mesmo no contexto de um movimento que se queria mundial e da vontade conhecida em nele ter presente Portugal, o mercado português seria por certo pouco relevante para o centro da educação nova (a não ser que ajudasse a propagar o movimento na Brasil, o que se revelava à época improvável): que recursos poderiam ser canalizados de Portugal para as iniciativas que aquelas organizações punham em marcha? Que recursos podiam ser gerados a partir da intervenção daqueles em Portugal?

Voltando ao contrastes, nem as dezenas de visitas, palestras e cursos efectuados em Espanha nem o movimento de saídas para o exterior verificado em Espanha – 167 ao abrigo de ajudas da Junta, segundo Vinão Frago, 1995-1995) – parece encontrar qualquer semelhança em Portugal, nem o número de traduções de obras da educação nova para o castelhano (119), nem o número de artigos publicados (95) por espanhóis no seio do movimento da Educação Nova (Pozo Andrès, 1987, pp. 115-117) tiveram, arrisco dizer, correspondência em Portugal²¹. E dificilmente se encontrará paralelo, em Portugal, à exten-

21. Trata-se de uma suposição baseada na leitura de textos sobre a educação nova em Portugal. Aqui, não tenho notícia sobre inventariação semelhante à realizada por Pozo Andrès (1987).

sa lista de colaboradores da *Revista de Pedagogia* (44), entre os quais os nomes mais emblemáticos do movimento, e as publicações (em número e em número de edições) associadas àquele periódico (Vinão Frago, 1994-1995, pp. 35-45)²². É, portanto, a posição periférica de Portugal no mercado da Escola Nova que assinalo. Neste contexto a Espanha – mais bem posicionada nessa rede internacional – surgia como importante interposto e fonte de informação.

6

Os textos de portugueses sobre Espanha

Passo, por fim, à presença espanhola por via de textos de autores portugueses. Essa presença permite concluir o quadro de relações pessoais que forjar as transferências no interior da península e as estabelecer pontes com o que se passava além Pirinéus. Trata-se das relações com Jacobo Orellana, professor no *Colégio Nacional de Sordosmudos y Ciegos de Madrid* e nomeado director exactamente nesse ano, já anunciadas por Costa Rico (1997), com Faria de Vasconcelos e com Cruz Filipe²³. Na *Revista Escolar* são as relações com este último que surgem mais nítidas. Há um artigo dedicado à “palestra sobre o método Decroly” dada por Orellana na *Casa Pia de Lisboa* em 1927; artigo redigido por Manuel Subtil, que com Cruz Filipe e outros formaria o “grupo de Lisboa”, um grupo de professores de orientação política conservadora que junto de Adolph Férrière se propôs e veio a conseguir constituir secção portuguesa da *LIEN*, ao redor da revista *Escola Primária* (Nóvoa, 1987, 1992, 1995). O outro texto que convoca Orellana é o texto de Cruz Filipe dedicado à criação, em Espanha, da *Escola Normal de Professores de Surdos-mudos e de Cegos*. A este se pode ainda adicionar uma recensão, pelo mesmo feita, à obra *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos* de Juan Pablo Bonet (Revista Escolar, 2, 1931, pp. 92-94)²⁴.

22. O texto de António Carlos Correia (neste volume) dá realce à “transferência” de muitas daquelas obras para Portugal.

23. Tal como Orellana, Cruz Filipe foi discípulo de Herlin (autor da adaptação do método de Decroly para o ensino de surdos-mudos), no Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris. A visita em causa ocorreu em Outubro de 1927 e, segundo Subtil, Orellana foi “hóspede” de Cruz Filipe.

24. Juan Pablo Bonet (1579-1633), educador de surdos-mudos, depois político e diplomata. O livro alvo de recensão foi publicado em Madrid em 1620 (Gran Enciclopedia RIAL, 1974). A edição alvo foi a de 1930, acompanhada por um estudo de Jacobo Orellana e Lorenzo Gascón Portero: Estudio crítico biográfico sobre Juan Pablo Bonet y su obra (Madrid: Francisco Beltran, 1930).

Já os textos de Raposo e Rosa y Alberty, ambos de 1932 e o de Tomás, de 1934 – portanto, em pleno período da II República Espanhola e com o regime do Estado Novo português em edificação –, nos trazem uma Espanha em progresso, uma Espanha como modelo. No texto de Tomás, essa Espanha surge por via de uma descrição do acompanhamento de uma “missão pedagógica” por duas escolas – uma masculina, outra feminina – de Valência de Alcântara, a convite de Juvenal de la Vega y Relea, inspector-chefe do ensino primário de Cáceres. Ficam desse relato as “excelentes impressões” sobre as várias facetas do ensino, suas condições, organização, prática e discursos. Os textos Raposo e Alberty seguem outra via, pois retomam discursos de políticos espanhóis. Raposo parte de uma intervenção do ministro Marcelino Domingo sobre o crescimento do parque escolar público, dos ensinos primário e industrial, em Espanha, para tecer vários comentários acerca da escola portuguesa. O texto é mais significativo naquilo em que se faz a contrário aos emergentes discursos – e até mesmo decisões governativas – que, com a marca da direita conservadora e nacionalista, louvavam já a condição do analfabeto, a redução da escola primária obrigatória e dos seus programas ao saber ler, escrever e contar, e a contenção do crescimento dos escolarizados nos ensinos pós-primários, ainda antes da “ofensiva do Estado Novo pela educação nacional”, proclamada pelo ministro Carneiro Pacheco, em 1936 (cf. Nóvoa, 1992, p. 458)²⁵. Escrevia Raposo, “para a difusão do ensino primário e técnico elementar não pode haver restrições, não se pode olhar as despesas”, para que “a causa sagrada do resgate da grei pela instrução” triunfasse (*Revista Escolar*, 1, 1932, pp. 31-32). Também Rosa y Alberty elogiava os esforços da República espanhola, em nome da obra civilizadora que aos Estados se impunha e que o vizinho parecia apostado em cumprir²⁶.

25. Isto num período durante o qual na própria *Revista Escolar* se sentiam os combates sobre a recepção das ideias da Educação Nova e sobre políticas educativas. Penso nos textos de Viana de Lemos a propósito da visita de Ferrière (Lamentável equívoco, *Revista Escolar*, 1, 1931, pp. 1-7), de Joaquim Tomás em resposta a artigos de Ulisses Machado, publicados noutras revistas, acerca dos modernos métodos de ensino da leitura e da escrita (Escola passiva e escola activa, *Revista Escolar*, 10, 1931, pp. 529-537) e nos três artigos de Cardoso Júnior, publicados em 1932, sob o título A educação da mulher e a coeducação dos sexos. Os textos mais conservadores vão aparecer na revista em 1935, merecendo destaque o artigo do inspector Parente de Figueiredo, um ataque à educação francesa, ao liberalismo e ao enciclopedismo (Os professores primários em França e em Portugal, *Revista Escolar*, 5, 1935, pp. 260-267) e a transcrição de uma alocução do director geral do ensino primário, Braga Paixão (*Revista Escolar*, 7, 1935, pp. 341-348).

26. O texto compreende uma extensa transcrição de um discurso do ministro Fernando Giner de los Rios, acerca das “Missões Pedagógicas”, idealizadas por Miguel Cossio (*Revista Escolar*, 6, 1932, pp. 315-316).

A mesma disposição de mostrar Espanha como exemplo se encontra num conjunto de curtas notícias publicadas nos anos de 1933 – anos a partir do qual a Revista exibia já, desde o número de Março, a marca da Censura - a 1935, e nas quais se põe em destaque ideias, medidas e esforços de investimento e progresso no país vizinho, no plano da escolarização primária e secundária, do trabalho dos inspectores escolares e da organização do ensino superior. Junto à ideia de Espanha como um lugar como o nosso, com problemas como o nosso, que surgira associada a variadas referências que àquela se fizeram ao longo dos anos, surgia agora a Espanha como exemplo.

Deixei propositadamente para o final um artigo publicado em 1930 e assinado por Joaquim Tomás e por Juvenal Vega y Relea, do qual transcrevo alguns trechos:

“Aos Profissionais do Ensino Primário em Portugal e na Espanha. Cada dia que passa ganha mais adeptos e cobra mais alento o desejo de unir fraternalmente todos os povos do mundo, mediante a obra cordial e pacificadora da escola. Compreende-se que nada padecem com essa tendência a ideia e os sentimentos patrióticos e que, em última análise, ela procura uma melhor realização dos legítimos anelos nacionais com o auxílio de uma compreensiva cooperação internacional. (...) Portugal e Espanha, que não são apenas dois países vizinhos mas dois povos irmãos, as duas grandes nações que vão deixando na história o traço indelével de duas grandes culturas gêmeas, pelas quais a autoridade espiritual de um pontífice repartiu o mundo para que sobre ele pudessem estender acordadamente a sua acção civilizadora, encontram-se nesse caso. (...) se a iniciativa do Congresso internacional de S. Francisco da Califórnia (Julho de 1922) pôde cristalizar em uma realização tão esplêndida como a da Federação Universal de Associações Pedagógicas, cujo programa é «criar laços de amizade e boa vontade entre as nações; difundir a apreciação simpática dos dotes que caracterizam os homens de outras nações e de outras raças; criar um espírito de paz unido a um patriotismo sincero, mais baseado no amor à pátria do que no ódio a outros países e a outros povos», etc., não cremos que seja ilusório pensar na possibilidade de uma aproximação dos profissionais do ensino primário de Espanha e Portugal, que realize para os nossos países as finalidades referidas e que, talvez, possa ser núcleo de uma mais vasta organização, em que participem os colegas dos países ibero-americanos. (...) Profissionalmente, os professores de Portugal e Espanha, podemos e devemos contribuir para a exaltação da fraternidade luso-espanhola de dois modos; um, procurando estar mutuamente ao facto, como se tratasse do mesmo povo, das realidades e experiências pedagógicas de ambos os países; outro, fazendo que, mediante o labor das escolas, as futuras gerações se conheçam, se compreendam e se amem mais e melhor do que as actuais. Meios práticos para a consecução desses ideais podem ser a publicação de um

boletim trimestral, o intercâmbio de professores e de alunos, a correspondência interescolar, o estudo das palavras para apreciar a relação das línguas entre si, a celebração de assembleias internacionais, o auxílio recíproco nas investigações pedagógicas, o estudo mútuo, nas escolas, de um e outro país, a permuta de periódicos, revistas e livros, e muitos outros. (...) Os profissionais do ensino primário – inspectores e professores – que simpatizem com as ideias expostas neste escrito, podem enviar a sua adesão a qualquer dos signatários. Quando o número de adesões recebidas o aconselhe, prepararemos uma reunião que acorde nas bases de efectivação da futura «União luso-espanhola de professores de ensino primário». (...) Figueira da Foz, 25 de Agosto de 1930. Juvenal de la Vega y Relea – Inspector Chefe de Ensino Primário em Cáceres (Espanha) – Joaquim Tomás – Inspector Chefe da Região Escolar de Santarém (Portugal)” (*Revista Escolar*, 8, 1930, pp. 445-447).

Colheu o texto adesões? A ausência de outras referências em anos seguintes da *Revista Escolar* e, sobretudo, o endurecimento interno do regime português e o que de trágico atravessou Espanha na segunda metade dos anos trinta, sugerem que, a terem existido, se tenham perdido quaisquer veleidades, se não mesmo relações. Fica, ainda assim, como (mais) um embrião do desejo organizacional não concretizado. Face ao que se conhece sobre as transferências entre Espanha e Portugal, se há ponto que convenha enfatizar é exactamente que nessa relação os *processos de organização*, que a terem começado não resistiram à prova do tempo. Tais processos poderiam ter ocorrido de formas diversas: baseado em infra-estruturas universitárias ou de formação de professores, no associativismo profissional (docente ou académico), a partir de intervenções da administração escolar, na base de um mercado (como o de casas editoras), ou ao redor das publicações periódicas. Todavia, segundo as conjecturas e evidências actualmente disponíveis, não se parece ter notado a consolidação ora de contactos entre organizações ora do fluxo de informação, não se vislumbra a presença clara de uma estrutura centro-periferia nem a fixação de uma definição colectiva de um campo. Em poucas palavras, as relações esboçaram mas não formaram um *campo organizacional* (DiMaggio, 1991).

* * *

Numa crónica datada de 1985, Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 20) analisava a situação da ciência social em Portugal, até 1974, nos seguintes termos: “a nossa tradição científico-social até 1974 é, acima de tudo, o produto do empreendimentos individuais de intelectuais de vulto (...). Por diferentes razões nos diferentes tempos, estes empreendimentos têm tido dificuldade em se sedimentar institucionalmente e, daí, em se transformar em corrente de produção contínua de conhecimento sociológico. É por isso que esta tradição é

também uma falta de tradição. E é também por isso que, ao tentar reconstituí-la, é sobretudo essa falta que deve constituir objecto de investigação”.

É possível transferir a lógica do raciocínio para o contexto da análise das relações entre Portugal e a Espanha, no campo da educação, durante o período a que dei atenção. É a falta de consolidação de uma tradição que constitui, exactamente, a tradição. Neste perspectiva, os exercícios de uma história sobre as relações entre Portugal e de Espanha no campo educativo ficam amarradas à condição de apenas poderem participar na criação de uma tradição através de uma escrita sobre a sua ausência. O empreendimento terá certamente mérito, na condição de um duplo alargamento. O dos arquivos e fontes mobilizadas – o cruzamento com as análises sobre manuais escolares, parece-me indispensável, ainda que não seja suficiente – e o do arco temporal sob exame. Em todo o caso, o terreno de estudo que vejo formar-se é o de uma análise das transferências, entre Portugal e Espanha, concretizada no âmbito de uma abordagem histórica e comparada da circulação e da estruturação dos discursos especializados, em educação, no quadro de uma progressiva internacionalização da razão educativa especializada e dos seus protagonistas. «

Referencias

- BOLI, John & Ramirez, Francisco. 1992. Compulsory schooling in the Western cultural context. In R. Arnove, P. Altbach & G. Kelly (eds.), *Emergent Issues in Education* (pp. 25-38). New York: State University of New York Press.
- BOLI, John & THOMAS, George. 1999. INGOs and the organization of world culture. In J. Boli. & G. Thomas (eds.), *Constructing World Culture* (pp. 13-48). Stanford: Stanford University Press.
- CARVALHO, Luís Miguel. 2000. *Nós Através da Escrita: Revistas, Especialistas e Conhecimento Pedagógico (1920-1936)*. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige).
- CARVALHO, Luís Miguel & CORDEIRO, Jaime. 2001. *Brasil – Portugal nos Circuitos do Discurso Pedagógico Especializado (1920-1935): Um estudo histórico-comparado de publicações de educação*. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige).
- COSTA RICO, Antón. 1997. España (intervención en la Mesa Redonda «Por una historia comparada de la educación en España, Portugal y America Latina»). In A. Escolano & R. Fernandes (eds.), *Los Caminos hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal (1800-1975)* (pp. 240-249). Zamora: SEHE.
- DiMAGGIO, Paul. 1991. Constructing an organizational field as a professional project. In W. Powell & P. DiMaggio (eds.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis* (pp. 267-292). Chicago: The University of Chicago Press.
- ESCOLANO, Agustín. 1985. *Historia de la Educación II*. Madrid: Anaya.

- _____. 1999. Los profesores en la historia. In J. Magalhães & A. Escolano (orgs.), *Os Professores na História* (pp. 15-27). Porto: SPCE.
- ESPAGNE, Michel. 1999. *Les Transferts Culturels Franco-Allemands*. Paris: PUF.
- FERNANDES, Rogério. 1978. *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- _____. 1993. História da inovações educativas (1875-1936). In A. Nóvoa & J. Ruiz Berrio (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: Investigações e actividades* (pp. 157-170). Lisboa: SPCE..
- _____. 1997. Três estádios na modernização educativa de Portugal. In A. Escolano & R. Fernandes (eds.), *Los Caminos hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal (1800-1975)* (pp. 25-32). Zamora: SEHE.
- FERREIRA GOMES, Joaquim. 1994. O ensino da psicologia e da pedagogia nas universidades portuguesas de 1911 a 1973. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXVIII (3): 337-370.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique. 1995. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941). In A. Candeias, A. Nóvoa & M. H. Figueira, *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)* (pp. 85-155). Lisboa: Educa.
- Gran Enciclopedia RIALP. 1974. Madrid: Ediciones Rialp.
- HERNÁNDEZ DIAZ, José Maria. 1998a. La recepción de la pedagogía portuguesa en España (1875-1931). *Historia de la Educación*, 17: 289-317.
- _____. 1998b. Alice Pestana, embajadora de la educación portuguesa en España. In AA.VV., *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (pp. 265-272). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- HOFSTETTER, Rita & SCHNEUWLY, Bernard. 1999. L'avènement d'un nouveau champ disciplinaire: ressorts de l'universitarisation des sciences de l'éducation à Genève, 1890-1930. In _____ (coord.), *Le Pari des Sciences de l'Éducation* (pp. 79-116). Bruxelas: De Boeck Université.
- LEIGH STAR, Susan & GRIESEMER, James. 1999 [1989]. Institutional ecology, 'translation', and boundary objects. In M. Biagioli (ed.), *The Science Studies Reader* (pp. 505-524). New York: Routledge.
- MARÍN ECED, Teresa. 1991. *Innovadores de la Educación en España (Becarios de la Junta de Ampliación de Estudios)*. Univ. Castilla-la-Mancha.
- MAURÍCIO, Carlos. 2000. O falso Portugal de Oliveira Martins. *Ler História*, 38: 57-86.
- MEYER, John. 2000. Globalização e Currículo: problemas para a teoria em sociologia da educação. In A. Nóvoa & J. Schriewer (eds.), *A Difusão Mundial da Escola* (pp. 15-32). Lisboa: Educa.
- MONTES MORENO, Soledad. 2000. "La Escuela Moderna". *Revista Pedagógica Hispano-Americana (1891-1934)*. *Historia de la Educación*, 19: 413-429.
- NÓVOA, António. 1987. *Le Temps des Professeurs*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- _____. 1992. A «Educação Nacional». In F. Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (pp. 455-546). Lisboa: Presença.
- _____. dir. 1993. *Imprensa de Educação e Ensino - Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: IIE.

- _____. 1995. Uma educação que se diz nova. In A. Candeias, A. Nóvoa & M. H. Figueira, *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)* (pp. 25-41). Lisboa: Educa.
- _____. 1998. *Histoire & Comparaison*. Lisboa, Educa.
- _____. 2000. Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In A. Nóvoa & J. Schriewer (eds.), *A Difusão Mundial da Escola* (pp. 121-142). Lisboa: Educa.
- PINTASSILGO, Joaquim. 1995. A regeneração pela educação na escola primária da 1ª República. *Cultura*, VIII: 115-133.
- _____. 1998. *República e Formação de Cidadãos*. Lisboa: Edições Colibri.
- POPKEWITZ, Thomas. 2000. Globalization/regionalization, knowledge and the restructuring of education. In _____ (ed.), *Educational Knowledge* (pp. 3-27). Albany: State University of New York.
- POZO ANDRÉS, Maria M. 1987. Channels by which the international pedagogic movement of the new school spread throughout Spain. In S. Komlosi (ed.), *History of International Relations in Education, Vol. II*. Pécs: Janus Pannonius University.
- PROENÇA, Maria Cândida. 1993. *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL.
- _____. 1997. O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926). In A. Escolano & R. Fernandes (eds.), *Los Caminos hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal (1800-1975)* (pp. 123-144). Zamora: SEHE.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2001. *A Cor do Tempo Quando Foge. Crónicas, 1985-2000*. Porto: Afrontamento.
- SCHOFER, Evan. 1999. Science associations in the international sphere, 1875-1990. In J. Boli & G. Thomas (eds.), *Constructing World Culture* (pp. 249-266). Stanford: Stanford University Press.
- SCHRIEWER, Jürgen. 1998. Études pluridisciplinaires et réflexions philosophiques: la structuration du discours pédagogique en France et en Allemagne. *Paedagogica Historica*, Supplementary Series, Vol. III: 57-84.
- SCHRIEWER, Jürgen & KEINER, Edwin. 1992. Communication patterns and intellectual traditions in educational sciences: France and Germany. *Comparative Education Review*, 36 (1): 25-51.
- TERRÓN BAÑUELOS, Aida. 1997. La modernización de la educación en España (1900-1939). In A. Escolano & R. Fernandes (eds.), *Los Caminos hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal (1800-1975)* (pp. 101-121). Zamora: SEHE.
- TOMÁS, Joaquim. 1930. *Notas de uma Excursão Pedagógica*. Lisboa: Seara Nova.
- VINÃO FRAGO, Antonio. 1990. *Innovación Pedagógica y Racionalidad Científica: La escuela graduada pública en España (1898-1936)*. Madrid: Akal.
- _____. 1994-1995. La modernización pedagógica española a través de la 'Revista de Pedagogía' (1922-1936). *Anales de Pedagogía*, 12-13: 7-45.
- WITTRICK, Björn & WAGNER, Peter. 1990. Social science and state developments. In S. Brooks & A.-G. Gagnon (eds.), *Social Scientists, Policy, and the State* (pp. 113-137). New York: Praeger.



*Bernardino Machado y Giner de los Ríos los tenían presentes
en sus trabajos para la reforma educativa.*